

## A ONTOLOGIA DO SINGULAR NA POESIA DE ALBERTO CAEIRO

Marcos Giusti (IFF)<sup>1</sup>

**Resumo:** O propósito deste trabalho é o de analisar a afirmação de José Gil de que há uma “teoria da individuação” na poesia de Alberto Caeiro. Pretendemos identificar na obra poética de Caeiro a emergência de uma ideia comum aos pensamentos scotista e ockhamiano: o singular. Acreditamos ser possível dimensionar a poesia do singular de Alberto Caeiro no quadro ontológico esboçado pelo filósofo francês Alain Badiou. O nosso objetivo é mostrar que se pode vislumbrar em Caeiro um pensamento que vai além da dicotomia platônica uno-múltiplo, tomando-se o singular-plural como princípio ontológico vigente na poesia caeiriana.

**Palavras-chave:** Caeiro; Singular; Múltiplo inconsistente

### O Singular: Duns Scot e Caeiro

Inicialmente é preciso observar que o singular se apresenta nas filosofias de Duns Scot e Guilherme de Ockham, no quadro de uma teoria do conhecimento, estendendo-se, posteriormente, para a construção de uma ontologia do contingente. É possível vislumbrar esse mesmo movimento em Alberto Caeiro?

Em sua poesia há elementos gnosiológicos – principalmente os que confrontam o entendimento humano com a apreensão dos entes naturais – que descortinam a construção de uma ontologia da contingência, ou como prefere José Gil, uma ontologia da imanência.

O conhecimento para Caeiro é menos intelectual e mais sensorial. A visão torna-se o principal sentido, a porta de entrada de um mundo sempre novo, diferente e singular.

O que nós vemos das cousas são as cousas,  
Por que veríamos nós uma cousa se houvesse outra?  
Por que é que ver e ouvir seria iludirmo-nos  
Se ver e ouvir são ver e ouvir?

O essencial é saber ver,  
Saber ver sem estar a pensar,  
Saber ver quando se vê,  
E nem pensar quando se vê  
Nem ver quando se pensa.  
(PESSOA, 2005a, p. 217)

---

<sup>1</sup> Licenciado em Filosofia (UERJ); Mestre em Filosofia (UERJ); Doutor em Epistemologia (UFRJ). Contato: marcos\_giusti@uol.com.br.

O que significa nessa passagem ver sem pensar? Qual é o sentido dessa distinção entre a visão e o pensamento? Será que há de fato uma distinção? Será que ver e pensar não são o mesmo? Se ver é perceber, até que ponto a percepção visual permanece imune à intelecção daquilo que é visto? Duns Scot (1968) considera o ente como o primeiro objeto do pensamento, já que não comporta em si a contradição. Mas o ente também é singular, e este pode ser, portanto, inteligível. Resta saber como o singular, cuja percepção se dá primeiramente nos sentidos, torna-se objeto da intelecção de uma maneira distinta daquela do universal. A chave para responder a essa questão encontra-se no princípio da natureza comum, que possui sua unidade própria no singular. Para Duns Scot (1968) o singular tem uma razão própria que não se reduz à espécie ou aos acidentes que o compõem. A sensibilidade e o intelecto humanos não alcançam essa razão, mas podem perceber o que, no singular, é da ordem do comum, isto é, da natureza comum.

Gostaríamos de exemplificar o que acabamos de afirmar com uma passagem das *Notas para a recordação do meu mestre Caeiro*, na qual o mestre dos heterônimos nos deixa entrever certo scotismo na sua concepção do ente. Álvaro de Campos relata-nos que traduziu um poema de Wordsworth para Caeiro: “uma flor à margem do rio para ele era uma flor amarela, e não era mais nada”. Depois de ouvir os versos do poeta inglês, Caeiro se pronuncia da seguinte maneira: “esse simples via bem: uma flor amarela não é realmente senão uma flor amarela”, para emendar em seguida, “há uma diferença. Depende se se considera a flor amarela como uma das várias flores amarelas, ou como aquela flor amarela só” (PESSOA, 2005b, p. 247).

A diferença apontada por Caeiro na maneira pela qual se apreende a flor percebida concorda com as duas formas de conhecimento concebidas por Duns Scot, a saber, a abstração e a intuição, ou melhor, os conhecimentos abstrativo e intuitivo. Do ponto de vista de Caeiro – que é o mesmo de Duns Scot (1950), se Wordsworth refere-se à flor amarela como uma das várias flores amarelas é porque ele a concebe como um universal. Portanto, a flor amarela que remete a todas as flores amarelas semelhantes, pertencentes a uma mesma espécie de flores amarelas, somente pode ser figurada por intermédio da abstração. Mas no caso de o poeta inglês referir-se tão-somente àquela única flor amarela percebida por seus olhos, ou seja, a flor amarela cuja existência é testemunhada pela intelecção imediata a partir dos seus sentidos, nesse caso, então, é o conhecimento intuitivo que satisfaz a essa condição.

O singular se apresenta na poesia de Caeiro como a “eterna novidade”, pois a sua intelecção, a intuição, engendra-se sempre circunstanciada pelo espaço-tempo em que uma sensação ocorre:

O meu olhar é nítido como um girassol.  
Tenho o costume de andar pelas estradas  
Olhando para a direita e para a esquerda,  
E de vez em quando olhando para trás...  
E o que vejo a cada momento  
É aquilo que nunca antes eu tinha visto,  
E eu sei dar por isso muito bem...  
Sei ter o pasmo essencial  
Que tem uma criança se, ao nascer,  
Reparasse que nascera deveras...  
Sinto-me nascido a cada momento  
Para a eterna novidade do Mundo...  
(PESSOA, 2005a, p.204)

A contingência do singular é uma condição comum aos pensamentos de Duns Scot e Guilherme de Ockham. Este último, aliás, compreende o conhecimento intuitivo de uma maneira ainda mais radical do que o “Doutor Sutil”. Segundo Ghisalberti (1997), para Ockham, a notícia intuitiva (*notitia intuitiva*) é o único meio de acesso para o conhecimento da realidade circundante. A notícia intuitiva se vale de dois momentos necessários e complementares: a notícia intuitiva sensitiva e a notícia intuitiva intelectual. Ademais, para Ockham, o conhecimento intuitivo pode ser ainda dividido em perfeito e imperfeito. De acordo com Andres (1969), ele é perfeito quando se baseia na experiência que temos do objeto em sua realidade atual e presente; e é considerado imperfeito ao se referir a juízos ou proposições passados referentes a um determinado objeto.

Caeiro parece desabonar o conhecimento intuitivo imperfeito: “A recordação é uma traição à Natureza,/ Porque a Natureza de ontem não é Natureza./ O que foi não é nada, e lembrar é não ver” (PESSOA, 2005a, p. 225). O mestre dos heterônimos radicaliza a percepção que se pode ter da realidade, confinando-a apenas ao próprio instante em que o ato de perceber se realiza. Com isto, o real passa a se inscrever em um único plano de imanência, no qual cada percepção sensível (a notícia sensível de Ockham) encerra a apreensão do singular.

## A Imanência do Singular em Caeiro

A poesia de Caeiro não concede um mínimo espaço ao conhecimento abstrativo. Não há nela qualquer concessão ao universal. Em diversas passagens de *O Guardador de Rebanhos* o poeta contrapõe os sentidos ao pensamento, ou seja, em termos scotistas e ockhamianos, a intuição à abstração: “Eu não tenho filosofia: tenho sentidos...”, declara Caeiro (PESSOA, 2005a, p. 205). José Gil afirma que Caeiro é pura exterioridade, “só ele tem o mesmo tipo de individuação que uma pedra” (GIL, 2000, p. 105). Assim, Caeiro representa o anti-Platão, a pura imanência em detrimento da transcendência pura. A sua poesia é uma ontologia sem qualquer traço de metafísica:

Metafísica? Que metafísica têm aquelas árvores?  
A de serem verdes e copadas e de terem ramos  
E a de dar fruto na sua hora, o que não nos faz pensar,  
A nós, que não sabemos dar por elas.  
Mas que melhor metafísica que a delas,  
Que é a de não saber para que vivem  
Nem saber que o não sabem?  
(PESSOA, 2005a, p. 207)

A ontologia caeiriana atém-se às percepções sensíveis, às *notitiae intuitive*. As suas ideias, os rebanhos guardados pelo poeta, não são abstrações universais, mas impressões sensíveis, vívidas. Neste sentido, há uma coextensão entre pensamento e matéria. Como em Parmênides, ser e pensar são o mesmo. Mas o ser em Caeiro, como bem aponta José Gil, é ser fora, é exterioridade absoluta.

O fora absoluto é o movimento imanente das coisas e dos seres à superfície do mundo. Movimento que não se deixa captar por um dentro (ou um fundo), pois vai em direção de um território que tem a propriedade de o relançar incessantemente para fora de suas próprias fronteiras (GIL, 2000, p. 113).

Mais do que apenas a negação de uma interioridade, o fora absoluto representa a ausência de um sentido prévio que dirija o movimento das coisas. Se há um sentido para o mundo, ele é construído pelo próprio movimento do mundo. Neste movimento, conforme Gil (2000) todas as coisas se cruzam, sem se ligar, formando um todo. A pura exterioridade do fora absoluto se contrapõe à pura interioridade do Eu profundo. Diferença e identidade perfilam-se como polos irreconciliáveis. Como se deitasse um abismo infinito entre elas. A diferença é múltipla. A identidade é una. Portanto, a poesia

de Caeiro traz à cena a antiga divisão entre o uno e o múltiplo. Mas sendo ela, a poesia, mensageira da pura exterioridade, há ainda como se considerar o uno? Em que medida a ontologia caeiriana subverte a ontologia platônica? A imanência do mundo de Caeiro é, de fato, antiplatônica?

### **O Uno e o Múltiplo: Caeiro e Badiou**

Alain Badiou pensa a heteronímia pessoana como uma tentativa de ir além da cisão entre platonismo e antiplatonismo, uma espécie de terceira via ainda não trilhada pela filosofia. “A modernidade de Pessoa é de colocar em dúvida a pertinência da oposição platonismo/antiplatonismo: a tarefa do pensamento-poema não é nem a vassalagem ao platonismo, nem a sua derrubada” (BADIOU, 2002, p. 62). Na visão do filósofo francês isso é possível ao “se admitir a coextensão do sensível e da Ideia, mas nada conceder à transcendência do Uno” (Ibid., p. 63).

Até aqui, o nosso propósito foi o de mostrar que a poesia de Alberto Caeiro não se coaduna com a noção de transcendência, que ela permanece sempre em um plano de imanência, que ela é mais propriamente uma ontologia do que uma metafísica. Envidamos esforços para demonstrar que Caeiro se apresenta, pelo menos à primeira vista, como um anti-Platão. No entanto, Badiou nos alerta para o fato de que Pessoa não deve ser considerado nem platônico, nem antiplatônico, inaugurando uma nova forma do pensamento onde há coextensão entre a sensibilidade e o entendimento.

Deixando as relevantes questões da heteronímia de lado, e concentrando-nos apenas no mestre de todos os heterônimos, Alberto Caeiro, será possível encontrar em sua poesia os elementos que Badiou caracteriza como os de uma terceira via? Não terá a ontologia poética de Caeiro alguma relação com a ontologia matemática de Badiou?

Em *Court Traité d'Ontologie Transitoire*, ao tratar do objeto próprio da ontologia, Badiou diz que

Devemos, portanto, indicar que a multiplicidade como exposição do ser ao pensável não se apresenta como uma delimitação consistente. Ou ainda: a ontologia, se ela existe, deve ser a teoria das multiplicidades inconsistentes enquanto tais. O que também quer dizer: o que vem ao pensamento da ontologia é o múltiplo, sem outro predicado que a sua multiplicidade. Sem outro conceito que ele mesmo e sem nada que garanta a sua consistência (Badiou, 1998, p. 29).

Badiou toma o seu conceito de “multiplicidade inconsistente” de Georg Cantor, para quem uma multiplicidade pode ser tal que a suposição de que todos os seus elementos "estão juntos" conduz a uma contradição, de modo que é impossível conceber a multiplicidade como uma unidade, como "uma coisa acabada". Cantor a denomina multiplicidade absolutamente infinita ou inconsistente. De acordo com Badiou, uma multiplicidade inconsistente é aquela que, ontologicamente, não pode ser reduzida ao Uno. Em *O Ser e o Evento*, o filósofo francês expõe o seu pensamento ontológico da seguinte maneira:

O tema axial da doutrina do ser é, como assinali, a multiplicidade inconsistente. Mas a axiomática volta a fazê-la consistir como desdobramento inscrito, ainda que implícito, da multiplicidade pura, apresentação da apresentação. Esse tornar consistente axiomático evita a composição segundo o um; logo, é absolutamente específico. Não deixa, por isso, de ser impositivo. A montante de sua operação, o que ela interdita – sem nomeá-lo nem encontrá-lo – in-consiste. Mas o que in-consiste assim não é outra coisa senão a multiplicidade *impura*, ou seja, aquela que, componível segundo o um, ou particular (os porcos, as estrelas, os deuses...), em toda apresentação não ontológica, isto é, em toda apresentação em que o apresentado não é a própria apresentação, consiste segundo uma estrutura definida. Essas multiplicidades consistentes das apresentações particulares, uma vez depuradas de toda particularidade – portanto, captadas a montante da conta-por-um da situação onde se apresentam –, para advir axiomáticamente na apresentação de sua apresentação, não têm mais outra consistência senão sua multiplicidade pura, isto é, seu modo de inconsistência nas situações. É certo, portanto, que sua consistência primitiva é *interditada* pela axiomática, isto é, ontologicamente inconsistente, ao mesmo tempo em que é *autorizado* que sua inconsistência (sua pura multiplicidade apresentativa) seja ontologicamente consistente (BADIOU, 1996, p. 34).

A irredutibilidade do múltiplo ao uno, princípio axiomático da ontologia para Badiou, encontra eco no pensamento poético de Caetano. Quando o poeta se refere à flor amarela do poema de Wordsworth, na passagem citada mais acima, podemos descortinar a ideia da multiplicidade dos entes como esteio ontológico da poesia caetaniana. Também na poesia caetaniana há diversos versos que nos permitem certificar o desdém do poeta em relação ao uno, como fundamento dos seres.

Num dia excessivamente nítido,  
Dia em que dava a vontade de ter trabalhado muito  
Para nele não trabalhar nada,

Entrevi, como uma estrada por entre as árvores,  
O que talvez seja o Grande Segredo,  
Aquele Grande Mistério de que os poetas falsos falam.  
Vi que não há Natureza,  
Que Natureza não existe,  
Que há montes, vales, planícies,  
Que há árvores, flores, ervas,  
Que há rios e pedras,  
Mas que não há um todo a que isso pertença,  
Que um conjunto real e verdadeiro  
É uma doença das nossas ideias.  
A Natureza é partes sem um todo.  
Isto é talvez o tal mistério de que falam.  
Foi isto o que sem pensar nem parar,  
Acertei que devia ser a verdade  
Que todos andam a achar e que não acham,  
E que só eu, porque a não fui achar, achei.  
(PESSOA, 2005a, p. 226-227)

O poeta reforça a ideia de que só existe o que se apresenta às suas próprias sensações. De certa maneira, podemos dizer com Caeiro que o ser é o percebido, mas o percebido jamais é idêntico a si mesmo. Não há apenas uma miríade de seres, ou de entes, mas também uma multiplicidade de percepções, nas quais a identidade do mesmo – a quiddidade, em termos ontológicos do medievo – deixa de fazer sentido. A Natureza como “partes sem um todo” evoca a concepção ontológica de Badiou, de que o que se apresenta em sua própria apresentação é uma multiplicidade inconsistente, sem unidade possível. Na linguagem poética de Caeiro, conceber a Natureza como um “conjunto real e verdadeiro é uma doença das nossas ideias”.

### **Conclusão**

No começo deste artigo, propusemos investigar a indicação do filósofo José Gil, de que há na poesia de Alberto Caeiro uma teoria da individuação. Traçamos um caminho em que se fazia mister esclarecer os princípios ontológicos da poesia caeiriana. Com tal fito, analisamos a noção de singular nas filosofias de John Duns Scot e de Guilherme de Ockham, buscando elementos em comum com o pensamento poético de Caeiro. Encontramos, nesta confrontação, o conhecimento intuitivo como elo entre os filósofos medievais e Caeiro. Percebemos, então, que a intelecção do singular – tal como concebida em Scot e Ockham – mostrava-se um traço marcante da poesia caeiriana. Ao mesmo tempo, vislumbramos o desprezo do poeta em relação ao que Scot e Ockham denominavam conhecimento abstrativo. Em outras palavras, vimos que

Caeiro não admite o universal como unidade sintética do conhecimento. Para ele, conhecer é perceber, e apenas o singular é percebido. A negação do universal e a afirmação do singular como pura contingência da existência permitiu-nos abordar a ontologia caeiriana tendo como parâmetro a elaboração ontológica do múltiplo inconsistente de Alain Badiou. A irredutibilidade ao uno é uma característica ontológica tanto em Badiou, quanto em Caeiro. Esperamos, assim, ter deslindado o nosso propósito inicial, permitindo ao leitor fazer as mesmas ilações que fizemos, ainda que de forma sucinta: em Caeiro, os números do mundo são incontáveis. Não por serem infinitos, mas por serem apenas números relativos às singularidades. Encerremos com o raciocínio do próprio poeta, em conversa relatada por Álvaro de Campos em *Notas para a Recordação do meu Mestre Caeiro*:

“Olhe, Caeiro... Considere os números... Onde é que acabam os números? Tomemos qualquer número – 34, por exemplo. Para além dele temos 35, 36, 37, 38, e assim sem poder parar. Não há número grande que não haja um número maior...”

“Mas isso são só números”, protestou o meu mestre Caeiro. E depois acrescentou, olhando-me com uma formidável infância: “O que é o 34 na realidade?” (PESSOA, 2005b, p. 109).

### **Referências Bibliográficas:**

ANDRÉS, T. *El nominalismo de Guillermo de Ockham como filosofía del lenguaje*.

Madrid: Editorial Gredos S. A., 1969.

BADIOU, Alain. *Court traité d'ontologie transitoire*. Paris: Éditions du Seuil, 1998.

\_\_\_\_\_. *Pequeno manual de inestética*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Editora Estação Liberdade Ltda., 2002.

\_\_\_\_\_. *O ser e o evento*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: Ed. UFRJ, 1996.

GIL, José. *Diferença e negação na poesia de Fernando Pessoa*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

GHISALBERTI, A. *Guilherme de Ockham*. Trad. Luis Alberto De Boni. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Vol. Único. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Obra em prosa*. Vol. Único. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2005b.

SCOTUS, IOANNES DUNS. *Opera omnia*. Studio et cura Commissionis Scotisticae. Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 1950.

\_\_\_\_\_. *Opera omnia*. 12 vols. Ed. Lucas Wadding. Lugdunum: Sumptibus Laurentii Durant, 1639. Reedição: Hildesheim: Georg Olms, 1968.